



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

LEI Nº 1.348

De 02 de janeiro de 1991.

Institui a Área Industrial do Município de Santo Ângelo e dá outras providências.

Dr. LUIZ VALDIR ANDRES, Prefeito Municipal de Santo Ângelo.

FAÇO SABER que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º - Fica instituída a Área Industrial do Município de Santo Ângelo, para efeito de alienação aos interessados, dividida em lotes, constituindo módulos territoriais de área variável.

Art. 2º - Serão proporcionados estímulos e incentivos à Empresas Industriais novas e/ou com expansão significativa das existentes.

§ 1º - Os estímulos e incentivos a que se refere o caput compreende:

I - Isenção de Impostos Municipais, pelo prazo de 5 até 10 anos, tais como IPTU, ISSQN e outros que venham a ser criados, de acordo com a pontuação alcançada na tabela de prioridades para concessão de estímulos (Art. 11);

II - Isenção de taxas, tais como: lixo, licença para execução de obras, licença para localização;

III - Devolução em espécie, de 50% da participação que o Município tiver sobre ICMS e IPI efetivamente recolhido pela nova indústria ou indústria existente em expansão, para reinvestimentos, corrigido monetariamente, após a percepção do Município de sua quota parte de ICMS e IPI;

IV - A devolução prevista no inciso III se fará a vista da apresentação dos comprovantes dos recolhimentos no trimestre, e por igual tempo concedido nas demais isenções. A com

GOVERNAR É REPARTIR CRESCIMENTO

Administração 89-92



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

...

fls. 02

provação dos recolhimentos do ICMS serão acumulados em cada trimestre civil, aplicando-se o índice de participação do Município.

V - Devolução de 100% em espécie, da participação do Município no ITBI, incidente sobre a compra do imóvel pela indústria, destinado a sua instalação.

VI - Execução, no todo ou em parte, dos serviços de terraplanagem e infra-estrutura do terreno, necessários à implantação ou ampliação pretendidas, da seguinte forma:

a) preparo do terreno: terraplanagem, escavações, aterro ou similares;

b) disponibilidade quanti-qualitativas favoráveis de fatores infra-estruturais, notadamente energia, água, transporte e comunicações, na área industrial.

VII - Incentivos promocionais, através de flashes publicitários em veículos de comunicação, exposições e amostras, que permitam às pequenas e médias indústrias tornarem conhecidos seus produtos.

VIII - Incentivos considerados de natureza técnica em conjunto com a FURI para:

a) elaboração de perfis e projetos industriais de implantação ou expansão de pequena empresa;

b) trabalhos técnicos de racionalização da produção, comercialização, administração e KNOW-HOW;

c) treinamento de mão-de-obra;

d) cursos, seminários e palestras técnicas;

e) pesquisa de mercado;

f) pesquisa tecnológica;

g) participação em convenções técnicas, feiras e amostras significativas.

Art. 3º - A solicitação dos estímulos e incentivos será efetuada mediante apresentação de processo contendo no mínimo os seguintes documentos:

a) Planos com projetos de viabilidade econômica da empresa industrial;

b) comprovação ou justificativa de conveniência sócio-econômica da empresa industrial;

GOVERNAR É REPARTIR CRESCIMENTO

Administração 89-92

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

fls. 03

c) Prova de sua constituição legal e de idoneidade moral e econômico-financeira dos seus integrantes;

d) cronograma das obras que pretende realizar;

e) Plano de Aplicação dos incentivos promocionais e técnicos, pleitado quando for o caso;

f) Requerimento com definição clara do incentivo pleitado;

g) Outros elementos complementares e elucidativos que o Prefeito Municipal e o Conselho de Desenvolvimento de Santo Ângelo considerar conveniente.

Art. 4º - Fica estabelecido o prazo de 30 dias, a contar da data da entrega do projeto ao Conselho de Desenvolvimento de Santo Ângelo, para pronunciamento do mesmo e de 15 dias para pronunciamento do Prefeito Municipal.

§ 1º - O silêncio será considerado manifestação favorável.

§ 2º - Se não houver apreciação no citado prazo, deverá haver justificativa formalizada em tempo hábil. Se a omissão ocorrer no Conselho de Desenvolvimento de Santo Ângelo, estes justificarão ao Prefeito Municipal; se ocorrer na Prefeitura, esta justificará ao Conselho de Desenvolvimento de Santo Ângelo e dará conhecimento à empresa pleitante. Somente serão aceitas justificativas coerentes e logicamente fundamentadas.

Art. 5º - Da escritura de Alienação constará a automática e incontestável reversão ao Poder Público Municipal do terreno ou bem alienado à empresa beneficiada, sem que caiba ao Município indenizar ou ressarcir a firma reivindicante, nas seguintes hipóteses:

a) Se não forem efetuadas as obras de acordo com os planos e cronograma estabelecidos e aprovados nos termos da presente Lei;

b) Se a firma postulante, em qualquer fase, cessar as atividades por malogro econômico-financeiro, liquidação judicial ou se alhear às atividades industriais do projeto sem prévia e expressa autorização do Conselho de Desenvolvimento de Santo

GOVERNAR É REPARTIR CRESCIMENTO

Administração 89-92



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

...

fls. 04

Ângelo e do Poder Público Municipal.

c) Se a empresa beneficiária não iniciar as construções dentro de 1(um) ano a contar do início previsto no cronograma do projeto apresentado.

§ 1º - A reversão de que trata este artigo poderá ser relevada, a critério e manifestação expressa do Conselho de Desenvolvimento de Santo Ângelo e aceito pelo Poder Público Municipal, se for verificado a continuidade legítima das atividades industriais da firma extinta, no mesmo imóvel, através de outra entidade do gênero que obedeça às linhas fundamentais desta Lei e de sua regulamentação.

§ 2º - Em casos especiais, em que disso dependa o financiamento bancário e do financiamento à viabilização da empresa, devidamente comprovado, poderá a cláusula da reversão ser substituída por outras garantias reais, fianças ou aval idôneos, a critério do Conselho de Desenvolvimento de Santo Ângelo e do Poder Público Municipal.

Art. 6º - No caso dos demais incentivos concedidos, a empresa beneficiária deverá comprovar ao Poder Público Municipal e ao Conselho de Desenvolvimento de Santo Ângelo a realização dos trabalhos previstos. A não realização ou não comprovação implica na automática obrigatoriedade de reembolso com juros de 12 % a.a. e correção monetária de acordo com os índices oficiais fixados, do montante utilizado a título de incentivos e estímulos.

Art. 7º - Na oportunidade em que a empresa industrial, solicitar uma área no Distrito Industrial, deverá apresentar projeto completo do empreendimento, compreendendo:

- a) Projeto de Viabilidade econômica;
- b) Projeto Arquitetônico e Cronograma de Execução.
- c) Projeto de Terraplanagem e drenagem superficial;
- d) Projeto hidrosanitário;

Parágrafo Único - Empresa que não somar pontos, consoante o art. 11, não poderá usufruir dos benefícios da presente lei.

GOVERNAR É REPARTIR CRESCIMENTO

Administração 89-92



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

fls. 05

Art. 8º - Aprovado o projeto de instalação industrial, na forma da Lei, o Executivo Municipal firmará com o adquirente a escritura definitiva de compra e venda do módulo territorial, que lhe houver sido adjudicado, nas seguintes condições:

a) O adquirente pagará ao Município, no ato da escritura definitiva de compra e venda, a importância mínima de 5% (cinco por cento) do preço proposto;

b) O adquirente pagará ao Município o saldo do preço proposto no prazo máximo de 10(dez) anos, com a carência máxima de 2(dois) anos, com juros de 6%(seis por cento) e mais 60% (Sessenta por cento) da correção monetária oficial capitalizados inclusive no período de carência, bem como também trimestralmente será paga a amortização.

Art. 9º - O preço unitário básico por metro quadrado, para efeito de alienação dos módulos territoriais, e o constante da seguinte tabela:

até 2.000 m ²	CR\$ 120,00 (Cento e vinte cruzeiros) ao metro quadrado.
de 2.000 a 3.500 m ²	CR\$ 110,00 (Cento e dez cruzeiros) ao metro quadrado.
de 3.500 a 5.000 m ²	CR\$ 100,00 (Cem cruzeiros) ao metro quadrado.
de 5.000 a 20.000 m ²	CR\$ 95,00 (Noventa e cinco cruzeiros) ao metro quadrado.
de 20.000 a 50.000 m ²	CR\$ 90,00 (Noventa cruzeiros) o metro quadrado.

a) O preço unitário básico referido neste artigo, vigorará para o mês de janeiro de 1991, e nos meses subsequentes será acrescido ao referido valor o índice de reajustamento da correção monetária oficial.

Art. 10 - Ao promover o registro do loteamento integrante da Área Industrial, no Registro de Imóveis, o Município também fará registrar:

a) a destinação exclusiva dos módulos territoriais para edificação vinculada a atividade industrial;

GOVERNAR É REPARTIR CRESCIMENTO

Administração 89-92



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

...

fls. 06

b) o direito ao retrato, referido no artigo 5º, na primeira alienação e nas alienações subsequentes a primeira.

Art. 11 - Os critérios para as prioridades referentes à concessão de incentivos à implantação de indústrias em Santo Ângelo, são os seguintes:

<u>ASPECTOS</u>	<u>ESPECIFICAÇÕES</u>	<u>Nº DE PONTOS</u>
1. RAMO DE INDÚSTRIA	a) Agro-Indústria	- 10
	b) Tecidos, Vestuário, Calçados	- 8
	c) Metal, Mecânica, Usinagem	- 8
	d) Indústria Moveleira	- 6
	e) Eletro, Eletrônica	- 6
	f) Química, Cosméticos e Farmaceuticos	- 6
	g) Indústrias ligadas ao uso de Derivados da Petroquímica	- 6
	h) Indústria de Insumos para atividade primária	- 4
	i) Editorial e Gráfica	- 4
	j) Construção Civil	- 2
II - OCUPAÇÃO DE PESSOAL	a) até 10 oportunidade de empregos	- 2
	b) mais de 10 até 30	- 4
	c) mais de 30 até 50	- 5
	d) mais de 50 até 100	- 8
	e) mais de 100	- 10
III - ORIGEM DA MATÉRIA-PRIMA	a) do exterior	- 1
	b) de outros estados	- 2
	c) de outras regiões do estado	- 3
	d) da Região das Missões	- 4
	e) do Município	- 6
IV - DESTINO DA PRODUÇÃO	a) Para o exterior	- 2
	b) Para o Município ou Região das Missões	- 3

GOVERNAR É REPARTIR CRESCIMENTO
Administração 89-92



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

...	fls. 07	
	c) Para outras regiões do estados	- 6
	d) Para outros Estados	- 8
V - INVESTIMENTO FIXO		
	a) até 300 salários mínimos	- 2
	b) Mais de 300 a 600	- 4
	c) mais de 600 a 1.000	- 6
	d) mais de 1.000 até 1.500	- 8
	e) mais de 1.500	-10
VI - GRAU DE VERTEBRAÇÃO		
(Retrospectiva ou prospectiva)		
	a) francamente vertebradora	- 1
	b) medidamente vertebradora	- 3
	c) altamente vertebradora	- 5
VII - LOCALIZAÇÃO		
	a) fora da área industrial	- 4
	b) na área industrial	-10
VIII - CONCORRÊNCIA LOCAL		
	a) com similar no Município	- 4
	b) sem similar no Município	-10
IX - VALOR AGREGADO BRUTO		
	a) até 10%	- 2
	b) até 30%	- 4
	c) mais de 30%	-10

LIMITAÇÕES

<u>ASPECTOS</u>	<u>ESPECIFICAÇÕES</u>	<u>Nº DE PONTOS</u>
I - Poluição	a) Não poluidora	0
	b) fracamente poluidora	20%
	c) medianamente poluidora	60%
	d) altamente poluidora	100%
II - TRANSFERÊNCIAS		
	Transferência do produto a preço de custo	50%



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

fls- 08

...

Art. 12 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO,
em 02 de janeiro de 1991.

Dr. LUIZ VALDIR ANDRES
Prefeito Municipal

GOVERNAR É REPARTIR CRESCIMENTO

Administração 89-92